

# Plano de Gestão Florestal

## Herdade dos Bilharins - Vidigueira

**Concelho de Vidigueira**

**Duração do PGF: 25 Anos**

**Sociedade Agrícola de Cortiças Flocor, S.A.**

Este plano é composto:

- Documento de Avaliação
- Modelo de Exploração
- Anexo

A veracidade da informação incluída no Documento de Avaliação é assegurada por um Termo de Responsabilidade, em anexo a este Plano de Gestão Florestal e que dele faz parte integrante.

## Índice

<b>A – Documento de Avaliação</b> .....	5
<b>1 – Enquadramento Social e Territorial</b> .....	6
1.1 – Caracterização do proprietário e da gestão .....	6
1.1.1 – Proprietário .....	6
1.1.2 – Entidade responsável pela gestão .....	6
1.1.3 – Técnico responsável pela elaboração do PGF .....	6
1.2 – Caracterização geográfica.....	7
1.2.1 – Identificação e inserção administrativa da exploração florestal .....	7
1.2.2 – Localização e acessibilidade da exploração florestal .....	7
<b>2 – Caracterização Biofísica da Propriedade</b> .....	7
2.1 – Relevo e Altimetria.....	7
2.2 – Clima .....	8
2.3 – Solos .....	8
2.4 – Fauna, Flora e habitats.....	9
2.4.1 – Espécies cinegéticas .....	9
2.4.2 – Espécies arbóreas e arbustivas.....	9
2.4.3 – Séries de vegetação.....	9
2.5 – Pragas, doenças e infestantes.....	10
2.6 – Incêndios Florestais, cheias e outros riscos naturais .....	10
<b>3 – Regimes legais específicos</b> .....	11
3.1 – Restrições de utilidade pública .....	11
3.2 – Instrumentos de planeamento florestal .....	12
3.3 – Instrumentos de gestão territorial .....	12
3.4 – Outro ónus relevantes para a gestão .....	12
3.4.1 – Regime cinegético .....	12
3.4.3 – Outros contratos de arrendamento .....	18
<b>4 – Caracterização dos recursos</b> .....	18
4.1 – Infraestruturas florestais .....	18
4.1.1 – Rede viária florestal (Anexo 6) .....	18
4.1.2 – Armazéns e outros edifícios associados à gestão .....	18
4.1.3 – Infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) .....	19
4.1.4 – Infraestruturas de apoio à gestão cinegética .....	19
4.1.5 – Infraestruturas de apoio à silvopastorícia .....	19
4.1.6 – Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo .....	19
4.2 – Caracterização socioeconómica da propriedade.....	19

4.2.1 – Função Produção .....	20
4.2.2 – Função Silvopastorícia e Caça.....	22
4.2.3 – Função Proteção .....	24
4.3 – Evolução histórica da gestão .....	25
B – Modelo de Exploração .....	26
1 – Adequação ao PROF .....	27
1.1 – Contribuição para os objetivos gerais do PROF.....	27
1.2 – Contribuição para os objetivos específicos da SRH do PROF.....	27
1.3 – Objetivos da exploração .....	28
2 – Caracterização e Objetivos da exploração.....	29
2.1 – Caracterização dos Recursos .....	29
2.2 – Compartimentação da propriedade e delimitação das parcelas .....	29
2.3 – Componente Florestal.....	30
2.3.1 – Caracterização das Espécies Florestais, Habitats e Povoamentos.....	30
2.3.2 – Caracterização de Povoamentos .....	30
2.4 – Componente Silvopastoril .....	31
2.5 – Componente cinegética, aquícola e apícola.....	31
3 – Organização da gestão e zonamento funcional.....	31
4– Programas Operacionais .....	31
4.1 – Programa de gestão suberícola .....	31
4.2 – Programa de apoio à gestão cinegética.....	32
4.3 – Programa de Infraestruturas.....	32
4.4 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas .....	32
C – Calendário de Operações .....	33
Parcela 1 .....	34
Parcela 2 .....	36
Parcela 3 .....	37
D – Anexos .....	38

### **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Identificação matricial .....	7
Tabela 2 – Perigosidade de incêndio florestal .....	10
Tabela 3 – Restrições de utilidade pública (Anexo 3).....	11
Tabela 4 - Projetos antigos .....	18
Tabela 5 - Contribuição do PGF para as metas da SRH.....	28
Tabela 6 – Ocupação do solo.....	29
Tabela 7 – Caracterização florestal das parcelas/Função .....	30
Tabela 8 – Caracterização dos espaços florestais .....	30
Tabela 9 – Função da parcela florestal .....	31
Tabela 10 – Programa de gestão suberícola .....	31
Tabela 11 – Programa de gestão cinagética.....	32
Tabela 12 – Programa de intervenção em infraestruturas .....	32
Tabela 13 – Programas de Operações Silvícolas Mínimas .....	32

### **D – Anexos**

Anexo 1 – Termo de responsabilidade
Anexo 2 – Planta de Localização
Anexo 3 – Planta de Condicionantes
Anexo 4 – Planta de Ocupação do Solo
Anexo 5 – Planta de Ordenamento
Anexo 6 – Planta de Infraestruturas
Anexo 7 – Planta de Enquadramento PROF
Anexo 8 – Descrição de Operações Passíveis de Execução
Anexo 9 – Planta de Infraestruturas de DFCI
Anexo 10 – Planta de Perigosidade de Incêndio Florestal

## **A – Documento de Avaliação**

## **1 – Enquadramento Social e Territorial**

### **1.1 – Caracterização do proprietário e da gestão**

#### **1.1.1 – Proprietário**

Sociedade Agrícola de Cortiças Flocor, S.A.  
Rua da Corticeira n.º 34, Apartado 47  
4536-902 Mozelos VFR  
Telefone: 227 475 800  
Email: [candido.sousa@apamorim.com](mailto:candido.sousa@apamorim.com)

#### **1.1.2 – Entidade responsável pela gestão**

Sociedade Agrícola de Cortiças Flocor, S.A.  
Rua da Corticeira n.º 34, Apartado 47  
4536-902 Mozelos VFR  
Telefone: 227 475 800  
Email: [candido.sousa@apamorim.com](mailto:candido.sousa@apamorim.com)

#### **1.1.3 – Técnico responsável pela elaboração do PGF**

João Pedro Barata Graça  
Floponor, S.A.  
Rio de Mel;  
6420 – 552 Trancoso;  
Contactos: 271 813 324/ 961 567 971  
Email: [joao.graca@floponor.pt](mailto:joao.graca@floponor.pt) / [geral@floponor.pt](mailto:geral@floponor.pt)

## 1.2 – Caracterização geográfica

### 1.2.1 – Identificação e inserção administrativa da exploração florestal

A exploração florestal a que respeita o plano designa-se de Herdade dos Bilharins - Vidigueira. Situa-se na Freguesia de Vidigueira, concelho de Vidigueira, distrito de Beja.

Nome do Prédio	N.º de matriz	Área (ha)	Distrito	Concelho	Freguesia
Herdade dos Bilharins - Vidigueira	1-B	96	Beja	Vidigueira	Vidigueira

Tabela 1 – Identificação matricial

### 1.2.2 – Localização e acessibilidade da exploração florestal

A Herdade dos Bilharins-Vidigueira encontra-se enquadrada administrativamente na freguesia de Vidigueira, concelho de Vidigueira, sendo que parte do seu limite serve de fronteira entre os concelhos de Portel e Vidigueira.

A nível espacial, enquadra-se entre as seguintes coordenadas limítrofes das folhas das cartas militares (nº 489/ 490):

Coordenada Limítrofe Norte: 142430.911505 m

Coordenada Limítrofe Sul: 141341.234291 m

Coordenada Limítrofe Este: 233934.388825 m

Coordenada Limítrofe Oeste: 231444.002452 m

Para chegar a esta herdade podem ser definidos dois percursos, um através do IP2 que liga Évora a Beja, tendo no entanto que sair no cruzamento para a Santana/Mendro, seguir a direção do Mendro até ao Monte de Bilharins, outro caminho é tomar a direção da Vera Cruz (Portel), chegando à localidade apanhar a EM 520 em direção à Vidigueira e virar na primeira saída à direita logo a seguir ao Km 14, atravessa-se o Vale do Panasquinho, entrando em seguida nos Bilharins (anexo 2)

## 2 – Caracterização Biofísica da Propriedade

### 2.1 – Relevo e Altimetria

O relevo da região é predominantemente plano ou aplanado.

A Unidade de Gestão está implantada entre as cotas 350 m -370 m, numa zona com declives suaves a moderados, nunca ultrapassando os 5%.

Devido ao reticulado formado pelas linhas de água não existe uma exposição dominante.

## **2.2 – Clima**

Segundo a classificação de Köppen esta região caracteriza-se por ter um clima temperado (mesotérmico) com o Inverno chuvoso e Verão seco. Por outro lado, e de acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima, nesta região é Mesotérmico sub-húmido seco, com índice hídrico entre 0 e -20.

No que se refere à precipitação e de acordo com os registos mensais dos postos higrométricos da região verifica-se uma grande irregularidade na distribuição da precipitação ao longo do ano, ocorrendo uma concentração de chuva entre o mês de Outubro e Março. Abril a Junho, são meses de transição enquanto os restantes meses são secos.

A temperatura média anual ronda os 16 °C em todas as estações meteorológicas da região em análise.

A concentração da chuva no período de Inverno e a irregularidade da sua distribuição constitui uma das principais limitações em relação às atividades agrícolas e florestais.

Ao longo do ano a humidade relativa apresenta uma variação importante. Os valores mais baixos da humidade relativa do ar às 9 horas ocorrem nos meses de Julho e Agosto, enquanto os valores mais elevados verificam-se de Novembro a Março.

Segundo o Atlas do Ambiente, a Herdade de Bilharins - Vidigueira, apresenta uma temperatura média anual que varia entre os 16,0 - 17,5 °C, a precipitação média anual oscila entre 600-700 mm ocorrendo 50-75 dias de precipitação anualmente. A humidade relativa do ar varia entre 75-80 %.

## **2.3 – Solos**

A Unidade de Gestão dos Bilharins - Vidigueira insere-se numa zona onde a composição litológica se caracteriza pelas formações sedimentares e metamórficas.

Implanta-se numa área onde predominam solos do tipo Luvisólos férricos. Relativamente ao pH do solo, estes apresentam características predominantemente ácidas (5,6 - 6,5).

## 2.4 – Fauna, Flora e habitats

### 2.4.1 – Espécies cinegéticas

#### Caça menor

##### I - Mamíferos

Lebre - *Lepus capensis*; Coelho - *Oryctolagus cuniculus*; Raposa - *Vulpes vulpes*; Saca-rabos - *Herpestes ichneumon*;

##### II - Aves

###### a) Aves sedentárias

Perdiz-vermelha - *Alectoris rufa*; Faisão – *Phasianus colchicus*

###### b) Aves migradoras ou parcialmente migradoras

Pato-real - *Anas platyrhynchos*; Tarambola-dourada - *Pluvialis apricaria*; Abibe - *Vanelius vaneitus*; Galinhola - *Scolopax rusticola*; Rola - *Streptopelia turtur*; Codorniz — *Coturnix coturnix*; Pombo-torcaz *Columba palumbus*; Tordo—ruivo - *Turdus iliacus*; Tordo-comum - *Turdus philomelos*; Tordeia – *Turdus visei vorus*;

#### Caça maior

Javali - *Sus scrofa*;

### 2.4.2 – Espécies arbóreas e arbustivas

A principal composição florística consiste em:

#### **Estrato Arbóreo:**

Sobreiro (*Quercus suber*)

#### **Estrato Arbustivo:**

Esteva (*Cistus ladanifer*)

### 2.4.3 – Séries de vegetação

A área deste PGF encontra-se de acordo com a carta biogeográfica de Portugal na região Mediterrânica/ Sub-região Mediterrânica-Occidental/ Superprovíncia Mediterrânica Ibero-Atlântica/ Província Luso-Extremadorense / Sector Mariânico-Monchiquense / Subsector Baixo Alentejano- Monchiquense/ Superdistrito Baixo- Alentejano. O esteval-urzal *Erico australis-Cistetum populifolii*, o urzal freatófito *Cisto psilosepali-Ericetum lusitanicae*, e o esteval *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi* são associações que se distribuem por todo o Subsector. É um

território plano com um ombroclima sub-húmido a seco e situa-se maioritariamente no andar termomediterrânico podendo atingir, em alguns locais, o andar mesomediterrânico. Caracterizam esta unidade os montados que resultam do *Pyro bourgaeanae- Quercetum rotundifoliae* e o esteval *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi*. Contudo, em alguns locais reconhecem-se o azinhal termófilo *Myrto-Quercetum rotundifoliae*, os matagais espinhosos *Asparago albi-Rhamnetum oleoidis* e zambujal-lentíscal *Oleo-Pistacietum lentisci sensu auct.*, o esteval *Phlomidio purpureo-Cistetum albidi* e o escoval *Genístetum polyanthi*. Os montados de sobre (*Myrto-Quercetum suberis* e *Sanguisorbo-Quercetum subcris*) ocorrem esporadicamente em algumas situações climaticamente mais favoráveis. Os prados (malhadas) do *Poo bulbosae-Trifolietum subterranei* e do *Poo bulbosae-Astragaletum sesamei* também ocorrem esporadicamente.

## 2.5 – Pragas, doenças e infestantes

Após visita de diagnóstico da condição sanitária à propriedade em apreço constatou-se a fragilidade que caracteriza estes povoamentos florestais. De entre os agentes bióticos identificados destacam-se no âmbito das pragas o plátipo (*Platypus cylindrus*), a limantria (*Portetria dispar*), a cobrilha da cortiça (*Coroebus undatus*) e a cobrilha dos ramos (*Coroebus florentinus*). No grupo das doenças assumem maior relevância o carvão do entrecasco (*Hypoxilon mediterraneum*) e a fitoftora (*Phytophthora* sp).

## 2.6 – Incêndios Florestais, cheias e outros riscos naturais

Os incêndios florestais têm sido fenómeno recorrente nos últimos tempos. Contudo, a cartografia nacional de áreas ardidas dos anos 1990 a 2018, disponibilizada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), demonstra que durante este período não foi registada qualquer ocorrência incêndio florestal.

De acordo com a Perigosidade de Incêndio Florestal (Anexo 10), a área do PGF apresenta o seguinte perigo de incêndio:

Classe	Perigosidade de Incêndio (%)
I	0,00
II	73,62
III	18,30
IV	8,08
V	0,00

Tabela 2 – Perigosidade de incêndio florestal

Assim, e pelos valores registados para as classes II, podemos considerar que aproximadamente 73,62% da área total da herdade apresenta um perigo de incêndio florestal baixo.

Relativamente a outros riscos naturais, não se verifica qualquer indício que conduza a ocorrências desse tipo.

### 3 – Regimes legais específicos

#### 3.1 – Restrições de utilidade pública

Condicionantes	Sim	Não	Superfície (ha e %)	Descrição das condicionantes
REN	X		54,97 ha (57,3 %)	Os condicionalismos da REN estão presentes em 57,3% da área submetida ao Plano de Gestão Florestal. Desta forma, os gestores da área em causa terão o cuidado de: a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas; b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens; c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.
Sítios arqueológicos		X		Relativamente a condicionantes resultantes da existência de sítios classificados (IPPAR) não foi possível obter a informação necessária e suficiente para identificar de uma forma inequívoca os locais. Os contactos efetuados revelaram-se infrutíferos já que nem a Direção Regional de Évora nem os Serviços Centrais puderam fornecer a informação solicitada (identificação dos sítios classificados e fornecimento da respetiva localização). A informação transmitida foi a de que a listagem e devidas informação anexas estavam em tratamento final, no entanto ainda não podiam ser disponibilizadas ao público em geral. Sendo assim convirá deixar desde já identificada a intenção inequívoca de salvaguarda dos sítios arqueológicos classificados ou a classificar.
Outros	X		96 ha 100 %	Corredor Ecológico (CE) - Da atuação preconizada para as áreas sobre as quais incide o CE deverão sempre ser tidas em conta as suas condicionantes, desde que salvaguardada a questão regional da DFCL, questão que assume carácter prioritário (nº4 do Artº 10 do Dec. Reg. 36/2007 de 2 de Abril).

Tabela 3 – Restrições de utilidade pública (Anexo 3)

### **3.2 – Instrumentos de planeamento florestal**

A exploração engloba-se geograficamente no PROF do Alentejo, sub-região homogénea Campos de Beja (Anexo 7).

De acordo as diretrizes presentes no PROF do Alentejo, pretende-se com a elaboração deste PGF tirar partido de alguns dos pontos fortes estabelecidos para esta região, nomeadamente:

- Existência de atividades silvopastoris;
- Elevado potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética;
- Bom potencial para a produção de cortiça;
- Potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer nos espaços florestais;
- Elevado potencial para a produção de produtos não-lenhosos;

O Plano Diretor Municipal da Vidigueira, é outros dos instrumentos que serviu de apoio no planeamento florestal deste PGF.

### **3.3 – Instrumentos de gestão territorial**

Ao nível da gestão territorial a área insere-se no Plano Diretor Municipal de Portel, no qual são definidas as metas a alcançar pelo município nos domínios do desenvolvimento económico e social nas suas relações com o ordenamento do território.

### **3.4 – Outro ónus relevantes para a gestão**

#### **3.4.1 – Regime cinegético**

##### **A - Aproveitamento cinegético**

A Herdade de Bilharins - Vidigueira encontra-se atualmente integrada na Zona de Caça Turística do Panasquinho e outras (processo nº 1453-ICNF), com uma área de 713 ha.

No cômputo geral a entidade gestora tem efetuado repovoamentos com perdizes, lebre e coelhos. A exploração da caça maior tem sido objeto de prévio repovoamento. Das largadas de faisões tem sido constituído o núcleo reprodutor. A evolução preconizada para a ocupação de solo tem sido implementada, tendo sido um dos pressupostos de integração de ações neste plano. A manutenção de campos de alimentação e a existência e promoção de pontos de água, pequenas charcas, são parte integrante das ações de manutenção do habitat na presente ZCT.

Todas as ações de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se

justifique, permitindo a formação de pequenas descontinuidades nos níveis arbóreos e arbustivo, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobro e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio. Estas zonas alternam com os locais de alimentação.

Deste modo, todas as ações executadas devem considerar o Plano de Ordenamento cinegético da área em causa, devendo ser fomentada, nomeadamente:

- A manutenção dos povoamentos de folhosas autóctones (*Quercus ilex*, e *Quercus suber*), além do potencial produtivo que sustentam, é essencial do ponto de vista cinegético, uma vez que em geral têm mais interesse do que outras espécies na supressão das necessidades alimentares de várias espécies, nomeadamente os veados e javalis;
- A instalação de pequenas pastagens de gramíneas e leguminosas, poderá constituir uma boa forma de suprir as necessidades alimentares de algumas das espécies mais exigentes como as perdizes, espécie que deverá ser reforçada anualmente no próximo quinquénio.
- A prática de desmatações, (roço de matos em faixas) em zonas com material muito envelhecido, lenhificado e de baixo valor alimentar, de forma a provocar o rebentamento de plantas novas, preferidas pelas espécies cinegéticas, uma vez que são mais nutritivas e palatáveis.

#### **A - Identificação e caracterização da Zona de Caça Turística do Panasquinho e anexas – Processo nº 1453-ICNF**

A exploração agro-silvopastoril não colide com o normal desenvolvimento das espécies cinegéticas, daí que a gestão cinegética possa ser um aliado precioso para a sustentabilidade de uma gestão ativa.

##### Espécies Cinegéticas Ocorrentes

De acordo com o anexo a que se refere o nº1 do artigo 21º do Decreto-Lei 136/96, de 14 de Agosto, apresentam-se seguidamente algumas das espécies cinegéticas ocorrentes na área em estudo, todas elas comuns ou abundantes, as quais serão identificadas:

### Caça menor

#### I - Mamíferos

Lebre - *Lepus capensis*; Coelho - *Oryctolagus cuniculus*; Raposa - *Vulpes vulpes*; Sacarabos - *Herpestes ichneumon*;

#### II - Aves

##### a) Aves sedentárias

Perdiz-vermelha - *Alectoris rufa*; Gaio - *Garrulus glandarius*

##### b) Aves migradoras ou parcialmente migradoras

Pato-real - *Anas platyrhynchos*; Tarambola-dourada - *Pluvialis apricaria*; Abibe - *Vanelius vanellus*; Galinhola - *Scolopax rusticola*; Rola - *Streptopelia turtur*; Codorniz — *Coturnix coturnix*; Pombo-torcaz - *Columba palumbus*; Tordo— ruivo - *Turdus iliacus*; Tordo-comum - *Turdus philomelos* (A); Tordeia - *Turdus visei vorus*;

### Caça Maior

Javali - *Sus scrofa*;

### Controle de predadores

A satisfatória evolução das populações cinegéticas não é viável sem se recorrer a práticas de controlo de predadores, incluindo a erradicação de todos os cães e gatos vadios, de acordo com o legislado. Ao abrigo do artigo 95º do Decreto-Lei nº 136/96, a entidade concessionária poderá requerer ao ICNF a execução ou permissão para execução do seguinte tipo de controlo de predadores;

- a) Controlo de raposas, com armadilhas de caixa ou a tiro pelo processo de espera;
- b) Controlo de sacarabos, com armadilhas de caixa ou a tiro, pelo processo de espera;
- c) Controlo de gralhas-pretas e gaios, com armadilhas seletivas ou a tiro, de salto e á espera.

Para além destas ações de controlo, poderá igualmente ser requerida ao ICNF a execução ou a permissão de execução de outras ações de correção de densidade de populações de outras espécies cinegéticas.

A não autorização da realização das ações de correção atrás referidas desvincula a entidade concessionária da obrigação de indemnização por danos causados nos próprios terrenos e em terrenos vizinhos pelas populações que se pretendiam controlar.

#### Repovoamentos de caça

A entidade gestora da zona de caça tem vindo a realizar, nos últimos anos, ações de repovoamento de perdizes. É provável que a evolução das populações destas espécies justifique a realização de novos repovoamentos, os quais, caso se verifiquem, serão realizados de acordo com a legislação vigente.

#### Ações específicas

Seguidamente, enunciam-se algumas das espécies cinegéticas objeto de exploração e respetivas ações de ordenamento preconizadas.

A lebre poderá ser fomentada nas zonas mais planas e abertas onde encontra habitat adequado, constituindo uma atrativa espécie cinegética.

O coelho encontra na área em apreciação boas condições de desenvolvimento. Esta espécie, frequentemente considerada de menor valor cinegético, continua a assumir extraordinária importância económica, ecológica e social.

A perdiz é sem dúvida uma das espécies de caça menor ocorrentes, que apresenta maior interesse cinegético. As condições naturais existentes e a perfeita proteção da população podem permitir a obtenção de quantitativos significativos.

Tendo em vista a maximização da população desta espécie é de referir o interesse que terá a existência de searas, particularmente as de triticales, trigo ou cevada, por forma a proporcionar alimento e coberto adequado às necessidades da perdiz. Ter-se-á sempre o cuidado de adaptar as épocas de trabalho de intervenção agrícola ao ciclo biológico da perdiz e sempre que se recorra à utilização de produtos fitossanitários dever-se-á preservar uma faixa de 4 metros em redor dos campos a tratar para que nela se desenvolvam as plantas que servem de suporte aos insetos indispensáveis aos perdigotos na sua fase de vida inicial. Como meio de proteção e estímulo ao êxito de nidificação, dever-se-ão instalar tufos de coberto disseminados de 200 em 200 metros nas áreas mais limpas e proceder a um correto maneiço do mato, assegurando a manutenção de pequenas manchas que funcionem como locais de abrigo.

Os patos encontram boas condições de fixação nas albufeiras e em algumas linhas de água. Tendo em vista a maximização das suas populações dever-se-á proceder à melhoria do coberto de nidificação através da intervenção na vegetação ribeirinha. É igualmente aconselhável fomentar o enriquecimento da fauna e flora aquática que lhes servem de suporte.

As rolas ocorrem na região em quantidades capazes de viabilizar a sua exploração, fruto da existência de zonas de alimentação e abrigo. As culturas de gramicha e girassol funcionam como medidas atrativas destas aves pelo que se considera aconselhável disseminá-las, sempre que possível. Tendo em vista a concentração de bandos de rolas antes de se verificar a sua migração de regresso a África, dever-se-ão assegurar boas condições de tranquilidade.

A codorniz ocorre em números significativos. Os quantitativos fixados poderão ser alargados se aumentar a superfície de culturas agrícolas que conduzam a um incremento das áreas semeadas de cereais e de regadio e se retardarem as ceifas nas searas localizadas perto dos principais pontos de água.

Os tordos ocorrem em elevado número na região. Beneficiando da existência de olivais áreas florestais, que funcionam como zonas de alimentação e abrigo, prevê-se a criação de postos de qualidade, desde que se mantenham as necessárias condições de tranquilidade.

As populações de narcejas poderão ser incrementadas mediante o correto aproveitamento das áreas inundáveis, o qual passa pela regulação do alargamento dessas superfícies e pelo fomento da alimentação nas épocas convenientes de Inverno. Para alcançar urna maior fixação destas aves deve-se ter em consideração que a caça de batida lhes proporciona mais tranquilidade que a caça de salto.

O javali, ocorrente na região, poderá ser incrementado mediante a criação criteriosa de cevadouro nas suas proximidades.

As populações de veado (*Cervus elaphus*) e de gamo (*Dama dama*) presentemente existentes poderão ser mantidas graças ao desenvolvimento de algumas ações específicas sobre o habitat. Além das culturas destinadas à caça, a poda de azinheiras e sobreiros quando realizada convenientemente, mostra-se vantajosa por assegurar um aumento de produção de lande. A prática desta ação deverá ocorrer para que as ramas possam ser aproveitadas pelos animais nas épocas de maior carência de alimento. Para um conhecimento detalhado das populações é indispensável o recurso a contagens junto dos comedouros e bebedouros durante os períodos de menores disponibilidades de comida ou de água, a elaboração de estimativas efetuadas

durante a época dosaios e a realização de amostragens para avaliação: das relações macho/fêmea e adulto/juvenil.

É objetivo da entidade concessionária garantir a sustentabilidade de um número da ordem dos 1500 exemplares. Neste sentido, efetua-se abate seletivo anual de 350 a 400 reses (50% de adultos e 50% de jovens), sensivelmente tantos machos quanto fêmeas.

Quanto ao gamo estima-se a presença de 150 indivíduos. O abate deverá respeitar, relativamente à estrutura populacional, as mesmas proporções indicadas para o veado.

### **B - Ações de apoio á gestão na ZCT**

Em resumo poderemos identificar uma série de ações a realizar, tendo como objetivo a gestão da zona de caça turística, numa perspetiva de sustentabilidade. Tais intervenções, que identificamos como ações de apoio á gestão na ZCT, serão as seguintes:

- Podas de formação e podas de rejuvenescimento para incrementar a produção de lande e bolota.
- Censos da fauna;
- Ações de repovoamento;
- Marcação de árvores mortas;
- Execução de searas (triticale, trigo ou cevada) consociadas com leguminosas;
- Como complemento das searas poderão ser efetuadas culturas para caça em pequenas manchas ou faixas;
- Controlo de surtos de mixomatose no coelho;
- Constituição de luras artificiais para coelho;

As ações serão desenvolvidas de três em três anos e sempre que necessário anualmente. A monitorização apoiará a tomada de decisão da época e altura da necessidade de intervenção.

### **C - Aproveitamento Apícola**

A flora apícola existente nos estratos arbóreo e arbustivo da Unidade de Gestão, caracterizada por uma grande diversidade florística, proporciona às abelhas flores durante todo o ano, pelo que se podem equacionar no futuro ações no âmbito de um maior aproveitamento deste recurso.

### **D - Aproveitamento de Matos**

Apesar de os matos se caracterizarem por ter grande volume por tonelada, o que implica ter de recolher e transportar grandes volumes, para um ganho energético relativamente modesto deve ser encarada a possibilidade de no futuro ser possível obter rendimentos substanciais derivados da exploração de matos para a produção de energia.

### **3.4.3 – Outros contratos de arrendamento**

<b>Programa de Apoio</b>	<b>N.º Projeto</b>	<b>Data Inicio</b>	<b>Data Fim</b>
AGRO 02	02.61.002114.5	22-09-2003	16-03-2006
PRODER-Medida 1.3.1	020000018807	21-06-2010	17-12-2011

Tabela 4 - Projetos antigos

## **4 – Caracterização dos recursos**

### **4.1 – Infraestruturas florestais**

#### **4.1.1 – Rede viária florestal (Anexo 6)**

A rede viária florestal da Herdade dos Bilharins - Vidigueira é composta por caminhos florestais, servindo este para dar passagem, a praticamente todo o tipo veículos e para compartimentação florestal, distribuída uniformemente por toda a Unidade de Gestão.

A rede viária florestal existente tem 5,19 km de extensão, traduzindo-se numa densidade de 0,05 Km/Ha e encontra-se em bom estado de conservação e transitabilidade.

Sempre que necessários estes caminhos são intervencionados para melhorar a circulação das viaturas pelo local.

#### **4.1.2 – Armazéns e outros edifícios associados à gestão**

Na herdade, não existem qualquer tipo de construção associada a gestão da propriedade.

#### **4.1.3 – Infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)**

##### **Faixas de Gestão de Combustíveis**

##### **Rede primária**

Não aplicável;

##### **Rede secundária**

Não aplicável;

##### **Rede Terciária**

##### **Pontos de água**

Na exploração não existem pontos de água (charcas).

##### **Rede de vigilância e deteção de incêndios**

A área do PGF, encontra na bacia de visibilidade do PV 61-01 (Mendro).

#### **4.1.4 – Infraestruturas de apoio à gestão cinegética**

Uma vez que a unidade de gestão em causa se encontra inserida numa Zona de Caça Turística (Nº 1453), encontram-se distribuídos pela área alguns comedouros que servem essencialmente para a alimentação dos núcleos de perdiz que aí habitam.

Todas as ações de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se justifique, permitindo a formação de pequenas descontinuidades nos níveis arbóreo e arbustivo, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobro e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio que alternam com os locais de alimentação.

#### **4.1.5 – Infraestruturas de apoio à silvopastorícia**

Na exploração, as únicas infraestruturas de apoio à silvopastorícia existentes são as cercas.

#### **4.1.6 – Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo**

Na exploração, não existem infraestruturas de apoio ao recreio e turismo.

#### **4.2 – Caracterização socioeconómica da propriedade**

Para a Herdade de Bilharins - Vidigueira, devido à importância da % de área ocupada com povoamentos de sobreiro puro, foi definida como 1.ª Função a Produção.

Da mesma forma, pela importância económica da atividade cinegética e, com menor expressão, da atividade silvopastoril, foi definida como 2.ª Função a Silvopastorícia e a Caça.

Apesar da área em causa não estar situada em área com estatuto de conservação especial a elevada importância ecológica dos montados de sobro e azinho determinou que fosse estabelecida a Proteção como 3.ª Função dominante para este espaço.

#### **4.2.1 – Função Produção**

Visto esta ser a primeira função definida para esta unidade de gestão e se tratar de uma área de montado a principal sub-função é a Produção de Cortiça. Assim foram estabelecidos como objetivos da gestão e intervenções florestais principais a condução do montado e a manutenção da sanidade vegetal.

##### Condução do montado:

Normas de intervenção ativa,

- O descortiçamento deve ser executado por operadores especializados, de forma a evitar feridas nos sobreiros que prejudiquem tanto a sanidade da árvore como as extrações futuras;
- O descortiçamento deve efetuar-se durante o período de atividade do câmbio suberofelodérmico da árvore, geralmente entre Maio e Julho, podendo encurtar-se ou prolongar-se conforme as condições climatéricas do ano, a latitude, a exposição, a maior ou menor humidade do solo e outros fatores ecológicos com reflexos na atividade fisiológica das árvores;
- A poda dos sobreiros deve ser encarada e planeada como uma operação cultural realizada na perspetiva da sobrevivência das árvores e do seu rendimento em cortiça, não na perspetiva de obtenção de outros rendimentos do montado, secundários em termos económicos. A operação pode ser delineada de acordo com três funções distintas: 1) poda de formação; 2) podas de conformação; 3) poda de rejuvenescimento.

##### Restrições

- De acordo com a legislação em vigor, a extração da cortiça deve ser realizada a pau batido, estando a extração a meças proibida a partir de 2030;

- A atividade extrativa deve ser imediatamente suspensa – na árvore ou em todo o povoamento, em função da análise de cada situação concreta – sempre que, ao fazer-se a extração, se detete a presença de câmbio súbero-felodérmico aderente à prancha de cortiça. A retoma da extração pode efetuar-se apenas quando se puder garantir uma boa separação entre a prancha extraída e aquele câmbio;
- Em condições de previsão climática apontando para eventos extremos de precipitação ou de seca, deve ser sempre ponderado o adiamento das operações de descortiçamento, a fim de garantir que não sejam causados danos irreversíveis no câmbio;
- Nos montados de sobro e azinho só são permitidas as mobilizações do solo que não afetem as raízes das árvores ou a regeneração natural;
- São imperativamente de evitar as decapitações de árvores, o corte de ramos de grande diâmetro e o espaçamento de cortes, devendo todas as operações de poda ser executadas com cortes lisos e inclinados, perto da zona de inserção do ramo podado, mas respeitando a coroa de tecidos responsáveis pela cicatrização dos cortes;
- Não utilizar grades pesadas nas gradagens de modo a não afetar as raízes nem a regeneração natural.

#### Manutenção da Sanidade Vegetal

Sempre que se proceda a regeneração artificial e seja previsível a possibilidade de ocorrência de herbívora, é recomendável proteger a regeneração nos primeiros tempos de vida, dado a tendência atual para se utilizarem na regeneração densidades mais baixas do que no passado, bem como sementes e plantas selecionadas, mais dispendiosas.

Nas situações em que, por haver sobreposição de espaços florestais com os sujeitos a ordenamento cinegético, sejam de reear danos nas árvores provocados pelas espécies cinegéticas, recomenda-se que seja ponderado o controlo dos efetivos populacionais das espécies cinegéticas.

Em alternativa ou complemento à norma de intervenção ativa acima mencionada, no caso de se pretender proteger arborizações, áreas de regeneração natural ou determinadas espécies, recomenda-se o recurso aos métodos de proteção abaixo mencionados:

- A) Métodos de proteção natural;
- B) Métodos de proteção individual das plantas;
- C) Métodos de proteção total das parcelas.

Além das normas gerais, são ainda de evidenciar no caso dos montados as seguintes medidas preventivas:

- Não efetuar mobilizações do solo que não sejam estritamente necessárias;
- No caso de serem indispensáveis desmatações, privilegiar para a sua execução o recurso a roçadoras, ponderando sempre a possibilidade de proceder apenas a eliminações seletivas da vegetação sob coberto;
- Só recorrer a gradagens quando o declive é reduzido;
- Desinfetar com produtos adequados os equipamentos e materiais usados em povoamentos em mau estado sanitário.

#### **4.2.2 – Função Silvopastorícia e Caça**

A caça, como todas as atividades lúdicas e que, para além disso, se oferecem como recurso turístico, tem uma procura crescente. A proteção das espécies, o ordenamento das áreas de caça e a formulação de regras que estabeleçam um regime de condicionamento da caça são medidas indispensáveis para harmonizar comportamentos e conciliar os direitos dos empresários, as pretensões dos caçadores e o interesse público. Sendo esta a 2ª função dominante na unidade de gestão foi definido como sub-função o suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas.

Objetivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de suporte da caça:

##### a) Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção

Para as espécies de caça menor o ideal são os espaços abertos com pastagens e culturas agrícolas tradicionais, ponteados com pequenos bosquetes e manchas de matos. Para as espécies de caça maior deve haver um aumento significativo de áreas mais fechadas, tanto de estrato arbustivo como arbóreo. As espécies florestais a fomentar e/ou explorar devem ser

escolhidas de acordo com a sua capacidade de fornecer alimento e proteção, bem como com a sua capacidade de recuperação face aos danos provocados. Deve procurar-se uma proporção harmoniosa entre folhosas e resinosas em povoamentos mistos. As primeiras oferecem alimento para os grandes mamíferos, sob a forma de folhas, gomos e frutos (os ramos de folhosas são geralmente mais ricos em nutrientes e são mais apreciados pelos animais do que os de coníferas). Nas orlas das florestas com outros usos do solo, as condições de transição entre biótopos propiciam uma maior diversidade florística e faunística. A água é um elemento determinante da manutenção da fauna em meio florestal. Em regiões de fraca pluviosidade e de período estival alargado, nomeadamente em clima mediterrânico, ou de solo arenoso onde os pontos de água são inexistentes ou pouco frequentes, terá de se proceder à instalação de charcas artificiais. A localização, distribuição e distanciamento dos pontos de água são fatores a ter em consideração e devem ser colocados com base no comportamento das espécies animais (ex: capacidade de deslocação), nas suas necessidades, nas densidades pretendidas e na totalidade de área a beneficiar.

#### b) Fornecimento de alimento

Se nos povoamentos florestais o alimento for uma condicionante à presença de espécies cinegéticas, o fornecimento de alimento deverá ser uma medida de gestão a considerar através da criação de postos de abastecimento (comedouros). Estes devem ser colocados preferencialmente num local calmo, com solo bem drenado e facilmente acessível para um aprovisionamento posterior.

#### c) Manutenção da sanidade animal

A manutenção da sanidade pode ser preconizada através da implementação de algumas medidas:

- Controlar o estado higiénico das explorações e suas envolventes;
- Controlar os cães e gatos assilvestrados;
- Restringir e controlar os locais de passagem de gado;
- Remover o lixo dos cursos de água e suas margens;

- Sempre que seja detetado um surto de doença, deve ser interdita a caça a essa espécie e só vir a ser autorizada após recuperação, confirmada pelos serviços oficiais, da espécie referenciada;
- Controlar as condições sanitárias das explorações de criação em cativeiro, assim como a pureza genética dos animais a repovoar;
- Proceder a autópsias periódicas de animais mortos nas explorações (pode-se dizer que diariamente morrem animais nestas explorações, sendo importante conhecer as causas de morte).

#### **4.2.3 – Função Proteção**

Sendo a função de Proteção a 3ª função da unidade de gestão, foi definida como sub-função principal a Conservação de Habitats classificados. Desta forma foi estabelecido como objetivo da gestão e das intervenções florestais o fomento e manutenção de habitats de grande valor natural.

Os objetivos de gestão devem ter em conta os seguintes pontos:

- Salvar e conduzir ativamente as áreas de maior interesse ecológico, nomeadamente maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico, nomeadamente povoamentos de sobreiro e azinheira e matos de vegetação natural;
- Privilegiar a regeneração natural dos povoamentos florestais e outras formações lenhosas naturais em habitats classificados, designadamente em todas as situações em que seja de admitir que esteja a ocorrer ou possa vir a ocorrer de forma previsível a redução da sua representatividade;
- Conservar e fomentar as espécies florestais autóctones melhor adaptadas;
- Manter/criar um mosaico de compartimentos de diferentes idades, oferecendo melhores condições de habitat para a fauna e flora;
- Manter parcelas com o mínimo de intervenção, limitado ao assentamento de cortes de higiene e sanidade, numa percentagem razoável da propriedade florestal;

- Deve manter-se o máximo de vegetação espontânea compatível com os objetivos do ordenamento.

#### **4.3 – Evolução histórica da gestão**

O projeto (AGRO 02) consistiu na beneficiação do povoamento, nomeadamente no controlo dos matos, adensamento de clareiras, podas de formação, adubação, tremocilha e calcário. Ao nível das infraestruturas, efetuou-se a beneficiação dos caminhos e aceiros existentes.

## **B – Modelo de Exploração**

## **1 – Adequação ao PROF**

**PROF** – Alentejo (Portaria n.º 54/2019 de fevereiro)

**Sub-Região Homogénea** – Campos de Beja (96ha)

### **1.1 – Contribuição para os objetivos gerais do PROF**

De acordo com o enunciado no artigo 10º das Disposições Gerais – Capítulo II, da Portaria n.º54/2019 de 11 de fevereiro, e atendendo aos vários condicionalismos existentes, o PGF da Herdade dos Bilharins - Vidigueira, através das ações preconizadas, visa contribuir para os objetivos gerais do PROF, do seguinte modo:

- Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos;
- Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados;
- Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas;
- Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;
- Promover a gestão florestal ativa e profissional;
- Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
- Reconverter povoamentos mal adaptados e/ou com produtividade abaixo do potencial;
- Assegurar o papel dos espaços florestais na disponibilização de serviços do ecossistema;
- Promover a conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos;
- Promover a melhoria da gestão florestal;
- Promover a Certificação da Gestão Florestal Sustentável;

### **1.2 – Contribuição para os objetivos específicos da SRH do PROF**

A gestão silvícola da Herdade de Bilharins - Vidigueira, desenvolve-se no sentido de potenciar os pontos fortes que caracteriza a sub-região onde se enquadra. Nesta sub-região os objetivos específicos são os seguintes:

- Aumentar a produtividade por unidade de área;
- Melhorar a gestão dos terrenos silvopastoris, harmonizando-a com os outros usos do solo;
- Preservar os valores fundamentais do solo e da água;
- Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação;
- Recuperação do montado de sobro e azinho e promoção da regeneração natural.

Importa ainda referir que as espécies a privilegiar para esta sub-região são as seguintes:

- Alfarrobeira (*Ceratonia síliqua*);
- Azinheira (*Quercus rotundifolia*);
- Medronheiro (*Arbutus unedo*);
- Pinheiro-de-alepo (*Pinus halepensis*);
- Ripícolas

Contribuição para as metas da SRH	Vigência do PGF	
	Início	Final
% de espaços florestais	81,12	81,12
% de arborização	81,12	81,12
% composição florestal		
Sobreiro	74,05	74,05
Pinheiro Manso	7,07	7,07

Tabela 5 - Contribuição do PGF para as metas da SRH

### 1.3 – Objetivos da exploração

É intenção melhorar as condições dos povoamentos na vigência PGF. A área de sobreiro existente apresenta alguma mortalidade e conseqüentemente densidades baixas. Durante a vigência do PGF, poderão ser efetuadas novas plantações (sempre com as espécies a privilegiar de acordo com o PROF para esta Sub-Região Homogénea), contudo, não obrigatoriamente com Sobreiro. Haverá o aproveitamento de regeneração natural e também a realização de alguns adensamentos.

Para este efeito, uma das opções será recorrer a programas de apoio ao investimento e também se irá submeter RJAAR sempre que se justifique.

## 2 – Caracterização e Objetivos da exploração

### 2.1 – Caracterização dos Recursos

### 2.2 – Compartimentação da propriedade e delimitação das parcelas

Na área proposta a PGF, e uma vez que a ocupação do solo é pouco diversificada, considerou-se como talhão o limite da área do PGF. Por sua vez, este foi ainda dividido em parcelas, tendo por base a ocupação do solo e as características silvícolas (Anexo 4 e 5):

Ocupação do Solo	Parcelas	Área	
		ha	%
Floresta	P1; P2	77,69	81,12
Pastagens	P3	16,59	17,32
Rede Viária Florestal		1,50	1,56
	<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>100,00</b>

Tabela 6 – Ocupação do solo

## 2.3 – Componente Florestal

### 2.3.1 – Caracterização das Espécies Florestais, Habitats e Povoamentos

Talhão	Parcela	Tipo de povoamento	Descrição das espécies	Área (ha)	Função desempenhada
1	1	Puro regular	Sobreiro	70,9	Produção de cortiça
1	2	Puro regular	Pinheiro Manso	6,8	Produção de lenho e fruto

Tabela 7 – Caracterização florestal das parcelas/Função

### 2.3.2 – Caracterização de Povoamentos

Parcela	Área (ha)	Espécie	Composição	Regime e Estrutura	Modo de Tratamento	Idade	% de coberto	Densidade	Altura dominante (m)	DAP médio (cm)
1	70,9	Sobreiro	Puro	Alto Fuste Regular	Pau Batido	60-70	40	60	0-10	30 - 40
2	6,8	Pinheiro Manso	Puro	Alto Fuste Regular		20-30	80	300	0 – 10	20 - 30

Tabela 8 – Caracterização dos espaços florestais

## 2.4 – Componente Silvopastoril

Existe um efetivo reprodutor de 1000 ovinos e de 200 crias, onde é efetuada a rotação pelas várias herdades.

## 2.5 – Componente cinegética, aquícola e apícola

Visto que a área do plano estar inserida numa ZCT, as intervenções relacionadas com a atividade cinegética são da responsabilidade da entidade gestora da mesma.

Apesar de não ser explorada a atividade apícola, na herdade podemos encontrar alguma flora melífera como a esteva (*Cistus ladanifer*) e o sargaço (*Cistus salvifolius*).

## 3 – Organização da gestão e zonamento funcional

Parcela	Área (ha)	Sub-função/ Objectivos	Tipo de povoamento	Função desempenhada
1	70,9	Produção de Cortiça	Puro regular	Sb1 - Povoamento conduzido para produção de cortiça.
2	6,8	Produção de lenho e fruto	Puro regular	Pm1 - Povoamento puro de Pinheiro manso, para produção de lenho e fruto.

Tabela 9 – Função da parcela florestal

## 4– Programas Operacionais

### 4.1 – Programa de gestão suberícola

Parcelas	Área (ha)	Ano	Natureza da Intervenção	Descrição das Operações	Observações
1	70,9	2031	Extração	Extração em pau batido	Cortiça Virgem Cortiça amadia
1	70,9	2041	Extração	Extração em pau batido	Cortiça secundeira Cortiça amadia

Tabela 10 – Programa de gestão suberícola

#### 4.2 – Programa de apoio à gestão cinegética

Parcelas	Área (ha)	Descrição das Operações	Observações
1; 2	77,7	Responsabilidade da Entidade Gestora da Zona de Caça.	Responsabilidade da Entidade Gestora da Zona de Caça.

Tabela 11 – Programa de gestão cinegética

#### 4.3 – Programa de Infraestruturas

Tipo de Intervenção	Ano	Localização (Parcelas)	Observações
Ações de apoio à gestão cinegética		1; 2	As ações de apoio à gestão cinegética são da responsabilidade dos gestores da ZCT.
		1; 2	
		1; 2	
		1; 2	
		1; 2	
		1; 2	
		1; 2	
		1; 2	
Beneficiação de infraestruturas	2024	1; 2	Beneficiação de rede viária
	2028	1; 2	
	2032	1; 2	
	2036	1; 2	
	2040	1; 2	
	2044	1; 2	
	2048	1; 2	

Tabela 12 – Programa de intervenção em infraestruturas

#### 4.4 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas

Parcelas	Área (ha)	Ano	Operações	Descrição
1; 2	77,7	2024	Corte de matos	Serão criadas faixas de gestão de combustíveis ao longo da rede secundária e terciária, com intervalos e 3 anos.
1; 2	77,7	2027	Corte de matos	
1; 2	77,7	2030	Corte de matos	
1; 2	77,7	2033	Corte de matos	
1; 2	77,7	2036	Corte de matos	
1; 2	77,7	2039	Corte de matos	
1; 2	77,7	2042	Corte de matos	
1; 2	77,7	2045	Corte de matos	
1; 2	77,7	2048	Corte de matos	

Tabela 13 – Programas de Operações Silvícolas Mínimas

## **C – Calendário de Operações**

**Parcela 1**

Parcela	Povoamento
1	Sobreiro – Produção de Cortiça

Ano	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048
<b>Condução de povoamentos</b>																										
Podas de formação do fuste	X										X										X					
Podas de formação da copa																						X				
Adensamento*																										
Aproveitamento da Regeneração Natural	A realizar sempre que ocorra densidade que o justifique e a planta apresente crescimento adequado.																									
Controlo de vegetação espontânea		X			X			X			X			X			X			X			X			X
Monitorização	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>Exploração</b>																										
Extração de cortiça virgem									X																	
Extração de cortiça secundária																			X							
Extração de cortiça amadia									X										X							
Ações de apoio à gestão da ZCT	As ações de apoio à gestão cinegética são da responsabilidade dos gestores da ZCT.																									
<b>Medidas de defesa</b>																										
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)		X			X			X			X			X			X			X			X			X
Aceiros perimetrais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>Instalação e beneficiação de infraestruturas</b>																										



**Parcela 2**

<b>Parcela</b>	<b>Povoamento</b>
2	Pinheiro Manso – Produção lenho e fruto

Para o pinheiro manso são considerados dois tipos de modelo de gestão, consoante é ou não utilizada a técnica da enxertia. No nosso caso apresentamos o modelo de gestão sem enxertia. O corte raso prevê-se para os 80 anos, porém deve ser ajustado em função da produtividade dos povoamentos, considerando-se ainda a possibilidade de manutenção destas árvores com outras funções que não a produção de pinha.

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048
<b>Condução de povoamentos</b>																										
Limpeza na linha	X																									
Poda de formação																										
Desramação													X													
Desbaste	X												X									X				
Tratamento contra agentes bióticos nocivos	(a executar em função dos resultados da monitorização fitossanitária)																									
<b>Exploração</b>																										
Colheita do Fruto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ações de apoio à gestão da ZCT	As ações de apoio à gestão cinegética são da responsabilidade dos gestores da ZCT.																									
<b>Medidas de defesa</b>																										
Aceiros perimetrais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)		X		X			X			X			X			X			X			X			X	
<b>Instalação e beneficiação de infraestruturas</b>																										
Beneficiação de infraestruturas	X				X				X				X			X			X			X				
<b>Outras</b>																										
Revisão e retificação das intervenções do próximo quinquénio					X					X					X					X						

**Parcela 3**

<b>Parcela</b>	<b>Povoamento</b>
3	Pastagens

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	
<b>Medidas de defesa</b>																											
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)		X			X			X			X			X			X			X			X			X	
Aceiros Perimetrais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>Instalação e beneficiação de infraestruturas</b>																											
Beneficiação de infraestruturas		X				X				X				X				X				X					
<b>Outras</b>																											

## **D – Anexos**